



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Defensoria Pública-Geral
Departamento de Controle Interno

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 7/2019 – DPDF/DCI

Unidade : Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF
Assunto : Auditoria em Contas Anuais
Exercício : 2018

Senhora Defensora Pública-Geral,

Apresentam-se os resultados decorrentes da auditoria com o propósito de examinar as contas anuais dos dirigentes da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF do exercício em epígrafe, conforme as atribuições orgânicas do Departamento de Controle Interno – DPDF/DCI.

I – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da DPDF, no período de 03/06/2019 a 14/08/2019, objetivando verificar a conformidade das gestões orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e adicionalmente os aspectos relacionados com o gerenciamento de pessoas da Unidade.

Não foram impostas restrições quanto ao método ou à extensão dos trabalhos.

A auditoria foi realizada por amostragem visando avaliar e emitir opinião relativamente aos atos e fatos dos responsáveis pela Instituição, ocorridos durante o exercício de 2018, considerando-se as normas aplicáveis.

Na sequência, serão apresentados os resultados da ação de controle em tela.

II – EXAME DAS PEÇAS PROCESSUAIS

Constam dos autos os documentos e informações exigidas pela Resolução TCDF nº 296/2016, Regimento Interno do e. Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF e no art. 10, inciso VI da Instrução Normativa TCDF nº 2/2016.

III – RESULTADOS DOS EXAMES

O trabalho de auditoria foi efetuado por amostragem e na extensão julgada necessária, conforme as normas de auditoria aplicadas ao Setor Público.



1) GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme o Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de 2018, a execução orçamentária dos diversos programas de trabalho atinentes à DPDF atingiram os patamares abaixo:

Quadro 1 – Síntese do Quadro de Demonstrativo da Despesa (QDD) de 2018

PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA AUTORIZADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	DESPESA LIQUIDADADA (C)	D= (B/A)x100	E= (C/A)x100	Em R\$
						F= (C/B)x100
(EP) Concessão de Bolsa Estágio	3.800.000,00	2.508.205,77	2.108.205,77	66,01%	55,48%	84,05%
(EP) Concessão de Bolsa Estágio	200.000,00	200.000,00	200.000,00	100,00%	100,00%	100,00%
(EP) Concessão de Bolsa Estágio	600.000,00	600.000,00	600.000,00	100,00%	100,00%	100,00%
Concessão de Bolsa Estágio	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100,00%	100,00%	100,00%
(EP) Serviço de Mediação, Conciliação e Autocomposição	20.000,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Manutenção de Escola de Assistência Judiciária	70.000,00	5.929,01	5.929,01	8,47%	8,47%	100,00%
Realização de Exame de DNA	200.000,00	18.000,00	14.622,22	9,00%	7,31%	81,23%
Concessão de Plano de Saúde aos Servidores da DPDF	1.000,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Administração de Pessoal	180.905.885,00	177.374.907,42	177.359.907,42	98,05%	98,04%	99,99%
Concessão de Benefícios a Servidores	4.310.000,00	4.002.598,37	3.988.598,37	92,87%	92,54%	99,65%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	8.621.000,00	7.770.288,57	7.398.331,91	90,13%	85,82%	95,21%
Modernização e Reparelhamento da DPDF	200.000,00	196.350,00	196.350,00	98,18%	98,18%	100,00%
Gestão da Informação e dos Sistemas de TI	2.932.800,00	1.149.702,81	641.468,07	39,20%	21,87%	55,79%
Capacitação de Servidores	153.000,00	14.562,00	14.562,00	9,52%	9,52%	100,00%
Publicidade e Propaganda-Institucional DF	1.000,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Publicidade e Propaganda-Defensoria Pública - Utilidade Pública DF	1.000,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento de Ações de Serviços Sociais	30.000,00	12.760,00	12.096,00	42,53%	40,32%	94,80%
Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família-DPDF	575.000,00	451.000,00	410.836,45	78,43%	71,45%	91,09%



Em R\$

PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA AUTORIZADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	DESPESA LIQUIDADADA (C)	D= (B/A)x100	E= (C/A)x100	F= (C/B)x100
Apoio as Ações Intersetoriais de Proteção a Criança - Apoio a Realização do Projeto VIRA VIDA	100.000,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00%	100,00%	100,00%
Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	8.180.000,00	5.485.465,03	5.412.931,55	67,06%	66,17%	98,68%
TOTAL	214.000.685,00	202.889.768,98	201.463.838,77	94,81%	94,14%	99,30%

Fonte: Siggo.

A DPDF apresentou elevados indicadores de execução orçamentária no exercício de 2018, com destaque para:

- Despesa Autorizada: **R\$ 214.000.685,00.**
- Despesa Empenhada: **R\$ 202.889.786,98.**
- Despesa Liquidada: **R\$ 201.463.838,77.**
- D = (Despesa Empenhada/Despesa Autorizada) x100 = **94,81%.**
- E = (Despesa Liquidada/Despesa Autorizada) x100 = **84,17%.**
- F = (Despesa Liquidada/Despesa Empenhada) x100 = **99,30%.**

Analiticamente, o orçamento de 2018 da Unidade apresentou a seguinte composição:

Quadro 2 – Detalhamento das Informações Orçamentárias de 2018

Em R\$

CREDOR	PROGRAMA DE TRABALHO	TIPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAFPUB	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.434.080,14
INSTITUTO DE PREV. DOS SERVIDORES DO DF - IPREV/DF	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26.456.049,52
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAFPUB	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL	14.576.925,96
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	907.851,80
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					177.374.907,42
ELO CONSULTORIA EMP. E PROD. DE EVENTOS	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	INEXIGIVEL	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.562,00
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					14.562,00
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAFPUB	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.733.864,78



Em R\$

CREDOR	PROGRAMA DE TRABALHO	TIPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAF PUB	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	AUXÍLIO-TRANSPORTE	162.675,66
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAF PUB	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	56.637,13
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAF PUB	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	49.420,80
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					4.002.598,37
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE	CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - BOLSAS DE ESTÁGIO NA DEFENSORIA PÚBLICA DF - DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE	CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE	CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	600.000,00
CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL					900.000,00
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE	CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.508.205,77
CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					2.508.205,77
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAF PUB	CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000.000,00
CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					3.000.000,00
FUNDO DE MOD., MANUT. E REEQ. DA PCDF - FUNPCDF	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.182,00
FUNDO DE MOD., MANUT. E REEQ. DA PCDF - FUNPCDF	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.578,00
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					12.760,00
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP	FORTEALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	451.000,00
FORTEALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					451.000,00
LEADER SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	899.000,00
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	123.205,00
WIRELESS COMM SERVICES LTDA ME	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	51.495,80
TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.209,20
TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.575,74



Em R\$

CREDOR	PROGRAMA DE TRABALHO	TIPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
WIRELESS COMM SERVICES LTDA ME	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.217,07
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					1.149.702,81
P & V SUPERMERCADOS LTDA EPP	MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	2.815,32
LUCAS MAGNO OLIVEIRA ABREU	MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.365,61
SILVANA AGUIAR DOS SANTOS	MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.092,55
AMILTON BUENO DE CARVALHO	MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	655,53
SERRA BONITA IMÓVEIS LTDA.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.431.609,04
MULTI SEGURANCA ELETRONICA PATRIMONIAL LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.474.203,81
TECNOLTA - EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	875.800,00
MAGALHÃES AZEVEDO LTDA - ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas de Capital	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	659.985,00
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	INEXIGÍVEL	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	573.000,00
AVENIDA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTD	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	538.845,04
HRA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES DE IMOVEIS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	175.000,00
PLANO ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	173.120,00
SERMAN - SERVICOS, MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	131.000,00
MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	105.392,43
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	INEXIGÍVEL	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	87.000,00
TIM CELULAR S/A	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	83.738,09
OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
SERRA MOBILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas de Capital	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA	Despesas Correntes	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	58.397,57
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF -	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	INEXIGÍVEL	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00



Em R\$

CREDOR	PROGRAMA DE TRABALHO	TIPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
CAESB					
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00
CDV COMERCIAL LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	17.744,33
AAZ COMERCIAL LTDA EPP	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	14.538,89
RICARDO ALVES RAMOS DE BRITO EXTINTORES - ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas de Capital	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.236,50
ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.024,00
FINO SABOR IND. E COM. LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	12.362,00
COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DI PRIMEIRA-EIRE	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	10.875,00
LISANDRO TAVARES DE SOUSA-ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.709,00
MERCADO CULTURAL LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.182,15
PATRICIA PEREIRA DE ALMEIDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	9.858,69
INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL IBIÁ LTDA ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	9.213,20
EARTES COMUNICACAO E EVENTOS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.694,80
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.800,00
DANIEL DE OLIVEIRA COSTA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	5.007,25
LUCIANA CARNEIRO CASTELO BRANCO	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	5.007,25
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	4.930,00
DANNIEL VARGAS DE SIQUEIRA CAMPOS	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	4.331,61
REINALDO GALVÃO BELO DA SILVA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.852,00
GABRIEL MORGADO DA FONSECA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	3.695,06
MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	3.084,80



Em R\$

CREDOR	PROGRAMA DE TRABALHO	TIPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
	PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL				
RODRIGO MOREIRA FREITAS	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	3.059,14
ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA-EPP	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	2.686,58
DULCIELLY NOBREGA DE ALMEIDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	2.625,53
RC RAMOS COMÉRCIO LTDA-ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	2.457,00
GIGAPEL PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	2.250,00
ELISÂNGELA GUIMARÃES SANTOS DE MIRANDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	2.249,37
VCS COMERCIO E SERV. DE CHAVEIROS E CARIMBOS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	2.193,82
COMERCIAL MINAS BRASÍLIA EIRELI - EPP	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	2.021,52
RT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	1.725,70
FAGNER SEBASTIÃO DIAS DE ÁVILA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.638,76
JANAÍNA CORDEIRO DE MORAIS SANTOS	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.529,57
TECHNOCOPY SERVICE LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	1.517,00
BRUNO DE FIGUEIREDO SANTOS BARBOSA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.445,89
MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.388,16
HENRIQUE DE OLIVEIRA BOITEUX	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.365,57
PAULA REGINA DE O. RIBEIRO	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.156,82
SARKIS & SARKIS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	1.152,64
GUILHERME FREDERICO DE SOUZA PANZENHAGEM	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.124,61
ELISÂNGELA GUIMARÃES SANTOS DE MIRANDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.092,55
JULIANA HÉRICA DOS SANTOS	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	1.092,55



Em R\$

CREDOR	PROGRAMA DE TRABALHO	TIPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
SOLUTI - SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.018,00
COMERCIAL JSM - PROD. AGROPECUÁRIOS LTDA-ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	992,30
ANNE IARLY CASSIO NERY	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	910,44
RICARDO ALVES RAMOS DE BRITO EXTINTORES - ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	852,00
LARISSA AQUINO DE MEDEIROS - ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	715,10
FEBO CAMARA GONÇALVES	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	655,53
CONRADO PAULINO DA ROSA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	655,53
ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA-EPP	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas de Capital	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	589,38
RODRIGO DUZSINSKI	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	DIÁRIAS - CIVIL	578,39
COMERCIO DE MAT.DE CONSTRUÇOES CAVALHEIROS LTDA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	554,51
SAFIRA COMERCIAL EIRELI - ME	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	416,20
LICITOP COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI-EPP	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	280,00
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	250,00
SANDU COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS EIRELI	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	244,60
ESTRUTURA CENTER COM. DE MAT. DE CONST. LTDA.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	207,20
COMERCIAL NORTE DE PAPÉIS LTDA (MIX PAPELARIA)	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	158,00
ALVARENGA COMÉRCIO, SERV. E REPRESENTAÇÃO EIRELI	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	128,00
FERRAGENS LIDER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	Despesas Correntes	MATERIAL DE CONSUMO	73,10
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					7.776.217,58
LENOVO TECNOLOGIA	MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA	PREGÃO	Despesas de	EQUIPAMENTOS E	196.350,00



Em R\$

CREDOR	PROGRAMA DE TRABALHO	TIPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA
(BRASIL) LTDA.	DPDF--DISTRITO FEDERAL	ELETRÔNICO COM ATA	Capital	MATERIAL PERMANENTE	
MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF--DISTRITO FEDERAL					196.350,00
BIOCROMA CLINICA DE EXAMES DE DNA LTDA- ME	REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	PREGÃO	Despesas Correntes	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	18.000,00
REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA- DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL					18.000,00
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAFPUB	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.729.286,38
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAFPUB	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	FOLHA DE PAGAMENTO	Despesas Correntes	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.075.114,14
EMPRESA DE ASSIST. TÉCN. E EXT. RURAL DO DF-EMATER	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	291.159,55
BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	144.242,19
INST. NACIONAL DE ESTUDOS E PESQ. EDUCACIONAIS	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	110.000,00
DEPTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO DF - DER/DF	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	33.432,91
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF - METRÔ-DF	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	28.424,36
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	26.000,00
COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	24.991,08
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL	NÃO APLICÁVEL	Despesas Correntes	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	22.814,42
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO CEN-DISTRITO FEDERAL					5.485.465,03

Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal.

Sinteticamente, as despesas do exercício de 2018 apresentaram as seguintes formas de agregação:

Quadro 3 – Representatividade por Tipo de Despesa – 2018

Em R\$

TIPO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA	(%) DE REPRESENTATIVIDADE
FOLHA DE PAGAMENTO	189.181.906,31	93,34%
PREGÃO	6.522.098,64	3,22%
DISPENSA DE LICITAÇÃO	5.286.908,29	2,61%
NÃO APLICÁVEL	735.723,63	0,36%



Em R\$

TIPO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA	(%) DE REPRESENTATIVIDADE
INEXIGÍVEL	709.562,00	0,35%
PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA	254.747,57	0,13%
PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM	198.822,54	0,10%
TOTAL	202.690.946,44	100,00%

Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal.

Quadro 4 – Representatividade por Categoria Econômica da Despesa – 2018

Em R\$

CATEGÓRIA ECONÔMICA	DESPESA EMPENHADA	(%) DE REPRESENTATIVIDADE
DESPESAS CORRENTES	201.959.608,10	99,54%
DESPESAS DE CAPITAL	930.160,88	0,46%
TOTAL	202.889.768,98	100,00%

Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal.

Quadro 5 – Representatividade por Elemento de Despesa – 2018

Em R\$

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA	(%) DE REPRESENTATIVIDADE
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.434.080,14	66,7525%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	27.363.901,32	13,4871%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	14.576.925,96	7,1847%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.728.822,24	5,7809%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.075.114,14	2,0085%
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.733.864,78	1,8403%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.729.286,38	1,8381%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	930.160,88	0,4585%
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	681.064,51	0,3357%
MATERIAL DE CONSUMO	198.496,44	0,0978%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	162.675,66	0,0802%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	58.397,57	0,0288%
DIÁRIAS - CIVIL	56.666,76	0,0279%
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	56.637,13	0,0279%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54.004,27	0,0266%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	49.420,80	0,0244%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	250,00	0,0001%
TOTAL	202.889.768,98	100,00%

Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal.

Além do elevado percentual de execução orçamentária, se destaca a predominância das Despesas Correntes (99,54%), figurando as Despesas de Pessoal (93,34%) como a principal tipologia de gastos da Instituição, o que se justifica pela natureza da política pública realizada pela Unidade: o provimento do acesso à justiça a cidadãos em situação de vulnerabilidade econômica, social e jurídica, na qual sobressai a utilização de mão de obra de elevada qualificação técnica, especificamente os defensores públicos do Distrito Federal, que atuam nas mais diversas Regiões Administrativas, especificamente nos Núcleos de Assistência



Jurídica – NAJ's, muitos dos quais especializados em temas altamente complexos como: saúde, defesa do consumidor, defasa da mulher, idoso, direitos humanos, entre outros.

2) GESTÃO FINANCEIRA

2.1) EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira da DPDF no exercício de 2018 é sintetizada no quadro abaixo:

Quadro 6 – Despesa empenhada x liquidada x paga – Por credor (2018)

Em R\$

CREDOR	DESPESA EMPENHADA	(%) DA DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	(%) DA DESPESA LIQUIDADADA	TOTAL PAGO	(%) TOTAL PAGO
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVO - 480101- DAFPUB	161.818.004,99	79,75661%	161.808.656,41	79,94072%	161.808.656,41	79,94294%
INSTITUTO DE PREV. DOS SERVIDORES DO DF - IPREV/DF	26.456.049,52	13,03962%	26.453.049,52	13,06899%	26.453.049,52	13,06935%
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE	3.408.205,77	1,67983%	3.361.125,86	1,66055%	3.361.125,86	1,66059%
SERRA BONITA IMÓVEIS LTDA.	2.431.609,04	1,19849%	2.431.609,04	1,20132%	2.431.609,04	1,20136%
MULTI SEGURANÇA ELETRÔNICA E PATRIMONIAL LTDA	1.474.203,81	0,72660%	1.474.203,81	0,72832%	1.474.203,81	0,72834%
TECNOLTA - EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	941.584,94	0,46409%	846.250,45	0,41809%	846.250,45	0,41810%
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	907.851,80	0,44746%	907.851,80	0,44852%	907.851,80	0,44853%
LEADER SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	899.000,00	0,44310%	692.277,34	0,34202%	687.094,62	0,33946%
MAGALHÃES E AZEVEDO LTDA - ME	659.985,00	0,32529%	659.985,00	0,32606%	659.985,00	0,32607%
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	599.000,00	0,29523%	576.849,38	0,28499%	576.849,38	0,28500%
AVENIDA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTD	538.845,04	0,26559%	538.845,04	0,26621%	538.845,04	0,26622%
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP	451.000,00	0,22229%	447.184,94	0,22093%	447.184,94	0,22094%
EMPRESA DE ASSIST. TÉCN. E EXT. RURAL DO DF-EMATER	291.159,55	0,14351%	291.159,55	0,14385%	291.159,55	0,14385%
LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA.	196.350,00	0,09678%	196.350,00	0,09701%	196.350,00	0,09701%
HRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA	175.000,00	0,08625%	175.000,00	0,08646%	175.000,00	0,08646%
PLANO ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA	173.120,00	0,08533%	173.120,00	0,08553%	173.120,00	0,08553%
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	151.205,00	0,07453%	147.878,74	0,07306%	147.878,74	0,07306%
BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB	144.242,19	0,07109%	144.242,19	0,07126%	144.242,19	0,07126%
SERMAN - SERVIÇOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA	131.000,00	0,06457%	130.081,24	0,06427%	129.622,83	0,06404%
INST. NACIONAL DE ESTUDOS E PESQ. EDUCACIONAIS	110.000,00	0,05422%	95.967,35	0,04741%	95.967,35	0,04741%
MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA	105.392,43	0,05195%	105.392,43	0,05207%	105.392,43	0,05207%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	87.000,00	0,04288%	83.804,12	0,04140%	83.804,12	0,04140%
TIM CELULAR S/A	83.738,09	0,04127%	83.738,09	0,04137%	83.738,09	0,04137%
OÍ S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	70.000,00	0,03450%	65.458,35	0,03234%	65.458,35	0,03234%
WIRELESS COMM SERVICES LTDA ME	61.712,87	0,03042%	61.712,87	0,03049%	61.712,87	0,03049%
SERRA MOBILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME	60.000,00	0,02957%	-	0,00000%	-	0,00000%



Em R\$

CREADOR	DESPESA EMPENHADA	(%) DA DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	(%) DA DESPESA LIQUIDADADA	TOTAL PAGO	(%) TOTAL PAGO
VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	58.397,57	0,02878%	58.397,57	0,02885%	58.397,57	0,02885%
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF - CAESB	35.000,00	0,01725%	32.636,40	0,01612%	32.636,40	0,01612%
DEPTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO DF - DER/DF	33.432,91	0,01648%	33.432,91	0,01652%	33.432,91	0,01652%
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF - METRÔ-DF	28.424,36	0,01401%	28.424,36	0,01404%	28.424,36	0,01404%
COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP	24.991,08	0,01232%	24.991,08	0,01235%	24.991,08	0,01235%
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ	22.814,42	0,01124%	22.814,42	0,01127%	22.814,42	0,01127%
BIOCROMA CLINICA DE EXAMES DE DNA LTDA- ME	18.000,00	0,00887%	15.288,86	0,00755%	15.288,86	0,00755%
CDV COMERCIAL LTDA	17.744,33	0,00875%	17.744,33	0,00877%	17.744,33	0,00877%
ELO CONSULTORIA EMP. E PROD. DE EVENTOS	14.562,00	0,00718%	14.562,00	0,00719%	14.562,00	0,00719%
AAZ COMERCIAL LTDA EPP	14.538,89	0,00717%	14.538,89	0,00718%	14.538,89	0,00718%
RICARDO ALVES RAMOS DE BRITO EXTINTORES - ME	14.088,50	0,00694%	14.088,50	0,00696%	14.088,50	0,00696%
ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS	13.024,00	0,00642%	13.024,00	0,00643%	13.024,00	0,00643%
FUNDO DE MOD., MANUT. E REEQ. DA PCDF - FUNPCDF	12.760,00	0,00629%	12.348,00	0,00610%	12.348,00	0,00610%
FINO SABOR IND. E COM. LTDA	12.362,00	0,00609%	12.362,00	0,00611%	12.362,00	0,00611%
COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DI PRIMEIRA-EIRE	10.875,00	0,00536%	10.875,00	0,00537%	10.875,00	0,00537%
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	10.730,00	0,00529%	10.730,00	0,00530%	10.730,00	0,00530%
LISANDRO TAVARES DE SOUSA-ME	10.709,00	0,00528%	10.709,00	0,00529%	10.709,00	0,00529%
MERCADO CULTURAL LTDA	10.182,15	0,00502%	10.182,15	0,00503%	10.182,15	0,00503%
PATRICIA PEREIRA DE ALMEIDA	9.858,69	0,00486%	9.858,69	0,00487%	9.858,69	0,00487%
INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL IBIÁ LTDA ME	9.213,20	0,00454%	9.213,20	0,00455%	9.213,20	0,00455%
EARTES COMUNICACAO E EVENTOS LTDA	7.694,80	0,00379%	7.694,80	0,00380%	7.694,80	0,00380%
DANIEL DE OLIVEIRA COSTA	5.007,25	0,00247%	5.007,25	0,00247%	5.007,25	0,00247%
LUCIANA CARNEIRO CASTELO BRANCO	5.007,25	0,00247%	5.007,25	0,00247%	5.007,25	0,00247%
MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS	4.472,96	0,00220%	4.472,96	0,00221%	4.472,96	0,00221%
DANNIEL VARGAS DE SIQUEIRA CAMPOS	4.331,61	0,00213%	4.331,61	0,00214%	4.331,61	0,00214%
REINALDO GALVÃO BELO DA SILVA	3.852,00	0,00190%	3.852,00	0,00190%	3.852,00	0,00190%
GABRIEL MORGADO DA FONSECA	3.695,06	0,00182%	3.695,06	0,00183%	3.695,06	0,00183%
ELISÂNGELA GUIMARÃES SANTOS DE MIRANDA	3.341,92	0,00165%	3.341,92	0,00165%	3.341,92	0,00165%
ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA-EPP	3.275,96	0,00161%	3.275,96	0,00162%	3.275,96	0,00162%
RODRIGO MOREIRA FREITAS	3.059,14	0,00151%	3.059,14	0,00151%	3.059,14	0,00151%
P & V SUPERMERCADOS LTDA EPP	2.815,32	0,00139%	2.815,32	0,00139%	2.815,32	0,00139%
DULCIELLY NOBREGA DE ALMEIDA	2.625,53	0,00129%	2.625,53	0,00130%	2.625,53	0,00130%
RC RAMOS COMÉRCIO LTDA-ME	2.457,00	0,00121%	2.457,00	0,00121%	2.457,00	0,00121%
GIGAPEL PAPELARIA E INFORMATICA LTDA ME	2.250,00	0,00111%	2.250,00	0,00111%	2.250,00	0,00111%
VCS COMERCIO E SERV. DE CHAVEIROS E CARIMBOS LTDA	2.193,82	0,00108%	2.193,82	0,00108%	2.193,82	0,00108%
COMERCIAL MINAS BRASÍLIA EIRELI - EPP	2.021,52	0,00100%	2.021,52	0,00100%	2.021,52	0,00100%
RT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	1.725,70	0,00085%	1.725,70	0,00085%	1.725,70	0,00085%
FAGNER SEBASTIÃO DIAS DE ÁVILA	1.638,76	0,00081%	1.638,76	0,00081%	1.638,76	0,00081%



Em R\$

CREDOR	DESPESA EMPENHADA	(%) DA DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	(%) DA DESPESA LIQUIDADADA	TOTAL PAGO	(%) TOTAL PAGO
JANAÍNA CORDEIRO DE MORAIS SANTOS	1.529,57	0,00075%	1.529,57	0,00076%	1.529,57	0,00076%
TECHNOCOPY SERVICE LTDA	1.517,00	0,00075%	1.517,00	0,00075%	1.517,00	0,00075%
BRUNO DE FIGUEIREDO SANTOS BARBOSA	1.445,89	0,00071%	1.445,89	0,00071%	1.445,89	0,00071%
LUCAS MAGNO OLIVEIRA ABREU	1.365,61	0,00067%	1.365,61	0,00067%	1.365,61	0,00067%
HENRIQUE DE OLIVEIRA BOITEUX	1.365,57	0,00067%	1.365,57	0,00067%	1.365,57	0,00067%
PAULA REGINA DE O. RIBEIRO	1.156,82	0,00057%	1.156,82	0,00057%	1.156,82	0,00057%
SARKIS & SARKIS LTDA	1.152,64	0,00057%	1.152,64	0,00057%	1.152,64	0,00057%
GUILHERME FREDERICO DE SOUZA PANZENHAGEM	1.124,61	0,00055%	1.124,61	0,00056%	1.124,61	0,00056%
JULIANA HÉRICA DOS SANTOS	1.092,55	0,00054%	1.092,55	0,00054%	1.092,55	0,00054%
SILVANA AGUIAR DOS SANTOS	1.092,55	0,00054%	1.092,55	0,00054%	1.092,55	0,00054%
SOLUTI - SOLUÇÕES EM NOGOCIOS INTELIGENTES	1.018,00	0,00050%	1.018,00	0,00050%	1.018,00	0,00050%
COMERCIAL JSM - PROD. AGROPECUÁRIOS LTDA-ME	992,30	0,00049%	992,30	0,00049%	992,30	0,00049%
ANNE IARLY CASSIO NERY	910,44	0,00045%	910,44	0,00045%	910,44	0,00045%
LARISSA AQUINO DE MEDEIROS - ME	715,10	0,00035%	715,10	0,00035%	715,10	0,00035%
AMILTON BUENO DE CARVALHO	655,53	0,00032%	655,53	0,00032%	655,53	0,00032%
FEBO CAMARA GONÇALVES	655,53	0,00032%	655,53	0,00032%	655,53	0,00032%
CONRADO PAULINO DA ROSA	655,53	0,00032%	655,53	0,00032%	655,53	0,00032%
RODRIGO DUZINSKI	578,39	0,00029%	578,39	0,00029%	578,39	0,00029%
COMERCIO DE MAT. DE CONSTRUÇOES CAVALHEIROS LTDA	554,51	0,00027%	554,51	0,00027%	554,51	0,00027%
SAFIRA COMERCIAL EIRELI - ME	416,20	0,00021%	416,20	0,00021%	416,20	0,00021%
LICITOP COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI-EPP	280,00	0,00014%	280,00	0,00014%	280,00	0,00014%
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	250,00	0,00012%	250,00	0,00012%	250,00	0,00012%
SANDU COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS EIRELI	244,60	0,00012%	244,60	0,00012%	244,60	0,00012%
ESTRUTURA CENTER COM. DE MAT. DE CONST. LTDA.	207,20	0,00010%	207,20	0,00010%	207,20	0,00010%
COMERCIAL NORTE DE PAPÉIS LTDA (MIX PAPELARIA)	158,00	0,00008%	158,00	0,00008%	158,00	0,00008%
ALVARENGA COMÉRCIO, SERV. E REPRESENTAÇÃO EIRELI	128,00	0,00006%	128,00	0,00006%	128,00	0,00006%
FERRAGENS LIDER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	73,10	0,00004%	73,10	0,00004%	73,10	0,00004%
TOTAL	202.889.768,98	100,00%	202.410.815,72	100,00%	202.405.174,59	100,00%

Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal.

Em linha com o item 1.1 (Execução Orçamentária), a maior parcela da execução financeira da Unidade se deu em rubricas relacionadas com as despesas de pessoal: Folha de Pagamento Ativo – 480101 – DAFPUB (R\$ 161.818.004,99) e Instituto de Previdência dos Servidores de Distrito Federal – IPREV/DF (R\$ 26.456.049,52), que totalizaram R\$ 188.274.054,51, o que representou 93,01% dos pagamentos efetuados no exercício de 2018.



2.2) SUPRIMENTO DE FUNDOS

Não houve a execução de suprimento de fundos no exercício de 2018 no âmbito da DPDF.

2.3) AUSÊNCIA DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES PARA A DEFINIÇÃO DE QUANTITATIVO A SER LICITADO

Fato:

O DPDF/DCI realizou auditoria com o foco no pregão eletrônico PE nº 003/2018 – SRP, que teve por objeto o “registro de preço para contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de divisórias, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Distrito Federal”, conforme o Processo nº 401.000.631/2017.

Como resultado do sobredito pregão originou-se a Ata de Registro de Preços – ARP nº 03/2018, tendo sido classificado o fornecedor Amarildo Alves Paixão – ME, CPNJ nº 28.265.790/001-56.

A análise do DPDF, consubstanciada no Relatório de Auditoria Gerencial nº 1/2019 – DPDF/DCI, em anexo, apresenta o seguinte fecho, *in verbis*:

[...]

Tendo em vista a análise empreendida, conforme o item II acima conclui-se que:

- 1) O Processo nº 0401-000631/2017 foi instruído conforme as normas aplicáveis.
- 2) Restam dúvidas quanto a adequação entre o quantitativo objeto da Ata de Registro de Preços nº 03/2018 e a efetiva demanda da DPDF, o que se seu por conta da ausência dos estudos técnicos preliminares.
- 3) O certamente licitatório obedeceu às formalidades de estilo.
- 4) Os preços registrados são compatíveis com os praticados no mercado.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente relatório à consideração superior.

[...]

Constatou-se, portanto, que restou ausente a elaboração objetiva de estudos técnicos preliminares, conforme estabelecido na Lei nº 8.666/1993 estabelece, *in verbis* (negrito nosso):

[...]

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

IX – Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou



complexo de obras ou serviços objeto da licitação, **elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares**, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
 - b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
 - c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 - d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 - e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
 - f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- [...]

Nesse sentido foi formulado o Memorando SEI-GDF nº 37/2019 – DPDF/DCI, de 26 de junho de 2019, o qual apresentou a seguinte indagação à Subsecretaria de Gestão Administrativa – DPDF/SUAG, *in verbis*:

[...]

- a) descrever, em linhas gerais, os aprimoramentos introduzidos no processo de aquisição e gestão dos contratos da DPDF.

[...]

Em atenção ao documento supracitado foi apresentado o Despacho SEI-GDF DPDF/SUAG, de 2 de julho de 2019, com o seguinte teor, *in verbis*:

[...]

1. Após gestões perante a EGOV - Escola de Governo do DF, os servidores da SUAG vem sendo capacitados em diversas áreas de atuações como SEI, elaboração de projeto básico e ternos de referencia, execução e fiscalização de contratos, além do planejamento da contratação/aquisição, com a finalidade de se introduzir procedimentos de melhorias na instrução processual, tendo em vista a obrigatoriedade de utilização das Instruções Normativas nºs 04 e 05/2017 - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão do Governo Federal, as quais foram integralmente recepcionadas no âmbito Distrital

2. A Diretoria de Apoio Operacional teve a iniciativa de construir o Manual de Contratações da DPDF, tendo por base a Instrução Normativa nº 05/2017, o qual vem sendo utilizado com o objetivo de instrumentalizar os processos de contratações desta Defensoria;



3. Foi elaborado o Regimento Interno da Defensoria Pública do Distrito Federal (que não existia), atualmente em análise com vistas a aprovação por parte da autoridade superior e publicação;

4. Outra melhoria se deu na modernização do site, com a implementação/atualização do portal da transparência da Defensoria Pública do Distrito Federal, nos moldes recomendados pela Controladoria Geral do Distrito Federal, a fim de disponibilizar as informações dos contratos, prestações de contas e gestão da Defensoria como um todo, atingindo 100% de transparência pública;

5. Por determinação superior, com o apoio da Assessoria Jurídica desta DPDF, alguns contratos foram revistos, rescindidos e/ou renovados (os mais robustos):

a) Locações: após emissão de Laudo Técnico pela TERRACAP a fim de auferir o valor do m² locado, foram realizadas várias reuniões com os proprietários dos imóveis com vistas a reduzir os valores dos contratos de locação, conforme demonstrativo - 24647979, o que culminou na economia de quase um milhão de reais/ano para a DPDF;

b) Contratos de TI: os contratos de TI foram revisados e readequados a realidade da Defensoria Pública, o que culminou na economia de recursos financeiros para a DPDF;

c) Quanto aos demais contratos - aqueles que já se encontravam vias de finalização foram mantidos, mas com determinação de instruir novos projetos/termos de referência e realização de novas licitações (algumas já finalizadas e contratadas; outras ainda em curso);

d) Padronização do mobiliário: foi elaborado estudos técnicos para melhor orientar as aquisições de mobiliário, com isso buscando a padronização, a economia, a otimização e a uniformização dos Núcleos de Atendimento Jurídicos - NAJs;
[...]

A análise de processos licitatórios no exercício de 2019 corroboram as informações prestadas pela DPDF/SUAG, sendo exemplificativa a Nota Técnica SEI-GDF nº 2/2019 – DPDF/DCI, em anexo, da qual cita-se o fragmento a seguir, *in verbis*:

[...]

Tratam os autos do Processo-SEI nº 00401-00001097/2019-82 da seguinte proposta de aquisição, por parte da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF:

Assunto: Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais, por demanda, nas instalações prediais e mobiliários pertencentes à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF e dos que estejam sob sua responsabilidade, localizados no Distrito Federal, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais, ferramentas, máquinas, equipamentos e transporte de seus funcionários.

A contratação encontra-se, portanto, na Fase Interna (Planejamento).



I - ANÁLISE

Constam dos autos os elementos necessários para a caracterização da demanda exigidos pela IN nº 5/2017, normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços - SRE e, subsidiariamente a Lei nº 8666/1993, a saber:

- Documento de Oficialização da Demanda - DOD (17389131).
- Planilha de Preços (17432533).
- Estudo Técnico Preliminar (17660343).
- Projeto Básico (18744931).
- Mapa de Riscos (19627787).

Desse modo, a caracterização do objeto a motivação da aquisição estão adequadamente demonstradas nos autos.

[...]

Nesse sentido se encontram sanadas as recomendações que constam do item 2.3 do Relatório de Auditoria nº 1/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2015), item 2.3 do Relatório de Auditoria nº 3/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2016) e do item 2.3 do Relatório de Auditoria nº 5/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2017) relativas à necessidade de aperfeiçoamento do planejamento das aquisições – estudos técnicos preliminares.

Assim sendo, a eventual falha ocorrida no PE nº 003/2018 – SRP foi sopesada, classificando-a como formal, tendo em vista a não ocorrência de dano ao Erário Distrital, bem como restou comprovada a adoção de medidas corretivas estruturantes por parte da DPDF.

2.4) FALHAS EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO

Fato:

O DPDF/DCI realizou auditoria com o foco no Contrato nº 20/2017, pactuado entre a DPDF e a empresa Leader Soluções em Tecnologia da Informação Ltda-EPP sob o CNPJ nº 10.991.988/0001-51, conforme o Processo nº 401.001.231/2016.

O ajuste em comento teve por objeto a contratação de empresa do segmento de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para a execução de serviços de planejamento, organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de atendimento, suporte técnico remoto e presencial, conforme o Pregão Eletrônico nº 3/2017.

O trabalho do DPDF/DCI foi consubstanciado no Relatório de Auditoria SEI-GDF nº 1/2018 – DPDF/DCI, do qual resultaram as seguintes constatações atinentes ao exercício de 2018:



Quadro 7 – Síntese das constatações

CONSTATAÇÃO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO
II.2.3	Deficiência na exigência de documentações complementares visando o cumprimento de obrigações sociais e encargos previdenciários da contratada.	Falha Média	<p>a) Condicionar o pagamento dos serviços contratados à apresentação de documento comprobatório do recolhimento mensal do INSS e do FGTS a cargo da empresa contratada, gerado pelo SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP; Guia de Recolhimento do FGTS - GRF ou documento equivalente), de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal; e,</p> <p>b) Exigir da empresa contratada, a apresentação de relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor pago do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento, pela contratada, dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS) relacionados aos pagamentos de salários dos trabalhadores alocados no contrato.</p>
II.2.4	Realização de serviços sem amparo contratual e/ou desprovidos de emissão prévia de Nota de Empenho.	Falha Grave	<p>a) Realizar a glosa no valor de R\$ 10.619,25 por não haver previsibilidade contratual e/ou não amparada nos parâmetros definidos no Edital Pregão Eletrônico nº 03/2017-DPDF alusivos ao período inicial de execução dos serviços;</p> <p>b) Apurar responsabilidade, garantindo a ampla defesa e contraditório, pelo descumprimento ao art. 60 da Lei nº 4.320/64 e art. 48 do Decreto nº 32.598/2010, bem como, a não</p>



CONSTATAÇÃO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DA CONSTATAÇÃO	RECOMENDAÇÃO
II.2.5	Inconformidades detectadas nas medições.	Falha Grave	observância a periodicidade inicial dos serviços previstos no Edital Pregão Eletrônico nº 03/2017-DPDF. a) Promover a glosa de R\$ 203.733,88 devido às inconformidades especificadas no quadro acima; b) apurar responsabilidades, garantindo a ampla defesa e contraditório, pela gestão ineficiente e antieconômica na condução do acompanhamento da execução do Contrato nº 20/2017; c) promover melhorias sistêmicas no intuito de proporcionar maior controle e eficiência no acompanhamento dos serviços prestados pela contratada, conforme diretrizes definidas no termo de referência e no Edital Pregão Eletrônico nº 03/2017-DPDF; e, d) compatibilizar o fluxo da execução dos chamados abertos com as parametrizações mínimas definidas no Acordo de Nível de Serviços – SLA, inclusive com a aplicação das penalidades junto a contratada diante dos atrasos injustificados dos mesmos.

Em virtude do Relatório de Auditoria SEI-GDF nº 1/2018 – DPDF/DCI os atuais dirigentes da Unidade não efetuaram a prorrogação Contrato nº 20/2017, bem como aplicaram as respectivas glosas nos pagamentos, atitudes que protegeram o Erário Distrital.

2.5) RENEGOCIAÇÕES CONTRATUAIS E OUTROS PROCESSOS DE AQUISIÇÕES AUDITADOS

Fato:

Por intermédio do Memorando SEI-GDF nº 37/2019 – DPDF/DCI, de 26 de junho de 2019, foi apresentado o seguinte questionamento à Subsecretaria de Gestão Administrativa – DPDF/SUAG, *in verbis*:

[...]

b) Descrever, em linhas gerais, como se deram as renegociações, bem como as economias de recursos auferidas.



[...]

Em resposta ao documento acima mencionado foi apresentado o Despacho SEI-GDF DPDF/SUAG, de 2 de julho de 2019, com o quadro transcrito abaixo, *in verbis*:

Quadro 8 – Quadro Sinótico de Redução de Valores de Aluguéis de Instalações da DPDF (2018)

EMPRESA	CIDADE	Nº DE CONTRATO	ALUGUEL ANTERIOR	ALUGUEL APÓS DECISÃO	ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA ANUAL	PERÍODO DE INÍCIO
AVENIDA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME	Taguatinga/DF	005/2016	R\$ 40.000,00	R\$ 32.200,00	R\$ 7.800,00	R\$ 93.600,00	Setembro
MULTI SEGURANÇA ELETRÔNICA E PATRIMONIAL LTDA-EPP	Sia/DF	009/2015	R\$ 125.000,00	R\$ 111.300,00	R\$ 13.700,00	R\$ 164.400,00	Setembro
PLANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Sobradinho/DF	009/2014	R\$ 14.599,10		R\$ 2.799,10	R\$ 33.589,20	Setembro
HRA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES IMÓVEIS LTDA	Planaltina/DF	005/2015	R\$ 16.494,96	R\$ 5.300,00	R\$ 11.194,96	R\$ 134.339,52	Setembro
SERRA BONITA IMÓVEIS LTDA	Asa Norte/DF	004/2019	R\$ 196.341,14	R\$ 149.000,00	R\$ 47.341,14	R\$ 568.093,68	Setembro
TOTAL	-	-	R\$ 392.435,20	R\$ 309.600,00	R\$ 82.835,20	R\$ 994.022,40	-

As economias geradas pelas renegociações são expressivas, demonstrando o empenho dos gestores da Unidade com a otimização da utilização dos recursos públicos.

Por fim, outras aquisições foram analisadas, não sendo constatadas falhas, sendo a constatação exemplificada por intermédio das Notas Técnicas n^{os} 5 e 6/2019 – DPDF/DCI, em anexo.

3) GESTÃO CONTÁBIL

3.1) EXECUÇÃO CONTÁBIL

Fato:

No contexto da elaboração do processo de contas anuais da DPDF foi elaborado o Relatório Contábil Anual n^o 1/2019 – DPDF/DCI, que se encontra disponível no Portal da Transparência da DPDF, disponível em <<http://transparencia.defensoria.df.gov.br/index.php/auditoria/>>.



O documento supracitado apresenta a análise da Gestão Contábil da Unidade, destacando-se as seguintes informações, *in verbis*:

[...]

1) Demonstrações Contábeis

Os registros contábeis da Unidade são efetuados no Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo de forma manual, com os procedimentos de conformidade documental realizados sob a supervisão da Diretoria de Orçamento, Planejamento e Finanças da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF/SUAG/DIORF, a qual é atualmente dirigida por servidor da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal, com comprovada experiência profissional na área de execução orçamentária e financeira.

Tendo por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASPs exaradas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, foram geradas as Demonstrações Contábeis do Setor Público – DCON, a saber:

- Balanço Financeiro (Anexo I)
- Balanço Patrimonial (Anexo II)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo III)
- Balanço Orçamentário (Anexo IV)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (V)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (VI)

Em linhas gerais, as DCON de 2018 da DPDF são aderentes às NBCASPs, tendo em vista que o leiaute, as regras de cálculo e os mecanismos de agregação das contas contábeis são padronizados no Siggo.

2) Relatório da Gestão Fiscal – RGF

...

A DPDF, como Órgão dotado de autonomia, tem o dever de publicar o Relatório de Gestão Fiscal – RGF relativo a cada quadrimestre no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, em até trinta dias após o encerramento de cada período, tendo essa obrigação legal sido rigorosamente cumprida no exercício de 2018.

Para além da formalidade legal, o e. Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF mantém rotina para auditar todos os RGF publicados, sendo tal atividade fundamentada no cruzamento de dados e na aplicação de listas de verificação padronizadas, tendo sido consubstanciadas as seguintes conclusões por aquela e. Corte de Contas:

- **1º Quadrimestre de 2018**
 - o Decisão 5786/2018 – TCDF

(...)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Gestão Fiscal – RGF da Defensoria Pública do Distrito Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2018, Peças 1 e 2; b) do Roteiro de Acompanhamento e Análise do RGF da Defensoria Pública do Distrito Federal, relativo ao 1º quadrimestre de 2018, Peça 3; c) da Informação nº 28/2018-NAGF, Peça 4; II – considerar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública do Distrito Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2018, em conformidade com as disposições



dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal; III – autorizar o arquivamento dos autos.

(...)

- **2º Quadrimestre de 2018**

- o Decisão 5789/2018 – TCDF:

(...)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Gestão Fiscal – RGF da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, referente ao 2º quadrimestre de 2018; b) do Roteiro de Acompanhamento e Análise do RGF da DPDF, relativo ao 2º quadrimestre de 2018, Peça 1; c) da Informação nº 44/2018-DIAGF, Peça 2; II – considerar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública do Distrito Federal, referente ao 2º quadrimestre de 2018, em conformidade com as disposições dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal; III – determinar à DPDF que proceda à disponibilização, na sua página institucional na internet, em local de fácil acesso, de todos os Relatórios de Gestão Fiscal já publicados, de forma a facilitar o exercício do controle social; IV – autorizar o arquivamento dos autos.

[...]

- **3º Quadrimestre de 2018**

- o Decisão 1895/2019 – TCDF:

(...)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, referente ao 3º quadrimestre de 2018; b) do Roteiro de Acompanhamento e Análise do RGF da DPDF, relativo ao 3º quadrimestre de 2018, Peça 2; c) da Informação n.º 12/2019-DIAGF, Peça 3; II – considerar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública do Distrito Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2018, em conformidade com as disposições dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal; III – determinar à DPDF que proceda à disponibilização, na sua página institucional na internet, em local de fácil acesso, de todos os Relatórios de Gestão Fiscal já publicados, de forma a facilitar o exercício do controle social; IV – autorizar o arquivamento dos autos.

[...]

A avaliação do e. TCDF pela regularidade dos relatórios de 2018 reforça a aderência das DCON às NBCASPs, tendo em vista que as receitas orçamentárias e o principal grupo de despesas orçamentárias da DPDF (Pessoal) constam obrigatoriamente dos RGF.

Para efeitos de controle social, os RGF são publicados na página eletrônica da DPDF disponível em: a <<http://transparencia.defensoria.df.gov.br/index.php/resultados-alcançados/>>, sendo indispensável a manutenção das informações atualizadas.

3) Exame da Escrituração Contábil

...

Foi constatada a evolução em relação à Gestão Contábil da DPDF em relação aos exercícios de 2015 (Relatório de Auditoria nº 1/2019 -



DPDF/DCI), 2016 (Relatório de Auditoria nº 3/2019 - DPDF/DCI) e 2017 (Relatório de Auditoria nº 5/2019 - DPDF/DCI), contexto no qual, se recomenda, no sentido do aprimoramento dos controles contábeis, o que segue:

Recomendações

- a) estabelecer rotina de verificação periódica das variações dos saldos das contas contábeis.
- b) estabelecer rotina de verificação periódica da execução dos contratos e convênios, com a execução dos registros contábeis necessários ao ajuste das informações.
- c) durante as rotinas de fechamento contábil de cada exercício financeiro consultar no módulo Conformidade do Siggo o Demonstrativo de Irregularidades Contábeis incorporando as respectivas divergências na funcionalidade Justifica Irregularidades Contábeis, conforme abaixo:

[...]

Por fim, o Relatório Contábil Anual nº 1/2019 – DPDF/DCI apresentou como fecho o que segue, *in verbis*:

[...]

III – CONCLUSÃO

Tendo em vista os exames empreendidos conforme o item II acima, se conclui que:

- 1) As Demonstrações Contábeis da DPDF do exercício de 2018 são aderentes ao que estabelecem as NBCAPs.

O relatório em tela será publicado na página eletrônica da Defensoria, especificamente no Portal de Transparência, disponível em <<http://transparencia.defensoria.df.gov.br/>>, com vistas à ampliação da transparência ativa.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente relatório à consideração superior.

[...]

Nesse sentido, consideram-se regulares os aspectos relativos ao gerenciamento contábil da Unidade no exercício de 2018.

4) GESTÃO PATRIMONIAL

4.1) GESTÃO DO MATERIAL PERMANENTE

Fato:

A DPDF designou por intermédio da Ordem de Serviço nº 1, de 24 de outubro de 2018, publicada no DODF nº 205, de 26 de outubro de 2018 (páginas 49 e 50), a comissão encarregada da elaboração do inventário patrimonial relativo ao exercício de 2018.



A referida comissão lavrou o Relatório Circunstanciado sobre Bens Móveis e Semoventes, que apresenta os seguintes destaques, *in verbis*:

[...]

Os bens móveis e/ou semoventes registrados sob a responsabilidade desta Unidade Administrativa foram localizados, com as seguintes situações:

- 350 (trezentos e cinquenta) bens não foram localizados;
- 10.764 (dez mil setecentos e sessenta e quatro) bens localizados;
- 11.144 (onze mil cento e quarenta e quatro) bens móveis apurados, conforme relatório de bens em anexo;
- Declaramos que as condições de guarda e uso dos bens patrimoniais da DPDF encontram-se dentro dos padrões da normalidade.

BENS IMÓVEIS

...

De acordo com os registros desta comissão todos os imóveis utilizados por esta Pasta, constam da carga patrimonial.

Ressaltamos que não há divergência na descrição, ocupação ou situação (incorporado/a regularizar/obras em andamento) dos imóveis relacionados na carga desta Secretaria.

[...]

Considerando-se o teor do Relatório Circunstanciado sobre Bens Móveis e Semoventes do exercício de 2018 e a proximidade do término do ano de 2019, é relevante que nos trabalhos relativos ao inventário patrimonial do ano em curso sejam verificados os ajustes na carga patrimonial e, caso não constatada a localização dos bens, os procedimentos de verificação em relação à baixa, alienação ou instauração de comissão tomadora com vistas à instrução de procedimentos de ressarcimento ao Erário Distrital, caso se demonstre necessário.

4.2) ALMOXARIFADO

Fato:

Foi designada comissão com o objetivo de inventariar o material de almoxarifado por intermédio da Ordem de Serviço nº 158, de 14 de novembro de 2018, publicada no DODF nº 219, de 19 de novembro de 2017 (página 49).

Ao fim dos trabalhos foi lavrado o Relatório SEI-GDF no 1/2018 – DPDF/SUAG/DIAP/GESEG/NUAP/DEA, de 12 de dezembro de 2018, que apresenta a seguinte conclusão, *in verbis*:

[...]

8. CONCLUSÃO

Em face do exame realizado e levando-se em consideração o que foi informado neste Relatório de Inventário de Almoxarifado acerca da avaliação sobre a eficácia e a eficiência na gestão de material, esta



Comissão manifesta-se pela regularidade com ressalva na movimentação, guarda, conservação, segurança e controle dos bens, inclusive sobre a confiabilidade do sistema de controle, conforme dispõe o art. 5º do Decreto nº 28.444, de 19 de novembro de 2007.
[...]

Ante o exposto, consideram-se regulares os aspectos relativos ao gerenciamento do almoxarifado da DPDF no exercício de 2018.

5) GESTÃO DE PESSOAL

5.1) SINOPSE DA GESTÃO DE PESSOAS NA UNIDADE

As pessoas constituem a mola propulsora da Unidade, sendo que o efetivo de servidores e colaboradores apresentou no exercício de 2018 a seguinte distribuição:

Quadro 9 – Efetivo da DPDF (2018)

SERVIDORES	ATIVIDADE-MEIO (COM CARGO EM COMISSÃO)	ATIVIDADE-MEIO (SEM CARGO EM COMISSÃO)	ATIVIDADE-FIM (COM CARGO EM COMISSÃO)	ATIVIDADE-FIM (SEM CARGO EM COMISSÃO)	TOTAL
Efetivos do GDF	19	37	36	517	609
Comissionados sem vínculo efetivo	35	-	111	-	146
Requisitados de órgãos do GDF	15	20	4	38	77
Requisitados de órgãos de fora do GDF	-	-	-	-	-
Estagiários	-	134	-	283	417
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	-	-	-	-	-
Terceirizados (Funap)	-	22	-	-	22
Outros – Especificar	-	-	-	788	788
Cedidos para outros órgãos	-	10	11	-	21
TOTAL GERAL	69	224	162	1.626	2.081

Fonte: Processo nº 00401-00012589/2019-1.

Em termos descritivos, se apresentam os seguintes indicadores:

Quadro 10 – Ocupação de cargos em comissão (2018)

SERVIDORES	ATIVIDADE-MEIO	(%) ATIVIDADE-MEIO	ATIVIDADE-FIM	(%) ATIVIDADE-FIM	TOTAL	(%) TOTAL
EFETIVOS E REQUISITADOS	34	49,28%	40	26,49%	74	33,64%
COMISSIONADOS SEM VÍNCULO EFETIVO	35	50,72%	111	73,51%	146	66,36%
TOTAL	69	100,00%	162	100,00%	220	100,00%

Fonte: Processo nº 00401-00012589/2019-1.

Quadro 11 – Amplitude administrativa (2018)

VARIÁVEL	VALOR
TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO (A)	2.081
TOTAL DE SERVIDORES COM CARGO (B)	231
AMPLITUDE (A/B)	9,01

Fonte: Processo nº 00401-00012589/2019-1.



Para cada cargo em comissão há em média 9,01 colaboradores sem cargo, um resultado inferior ao registrado em 2017, que foi de 11,14, que se explica pela redução em Outros (1.489 em 2017 para 788 em 2018).

5.2) ACOMPANHAMENTO DE DECISÕES DO TCDF

Fato:

O DPDF/DCI realizou até o momento da lavratura do presente relatório o monitoramento e a análise de informações prestadas ao e. Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF considerando-se que se tratam processos relacionados com o tema gestão de pessoas, com reflexos no exercício de 2018, a saber:

- Processo TCDF nº 11814/2014-e (Auditoria de Regularidade. PGA 2015. PGDF e DPDF).
- Processo TCDF nº 4549/2018-e (Suposta existência de nepotismo – cruzado – no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) e na Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF)).
- Processo TCDF nº 4557/2018-e (Sigiloso).
- Processo TCDF nº 37124/2017-e (Estudos especiais a respeito da aplicabilidade dos recursos necessários a organização e manutenção da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, via Tesouro Nacional, sob a égide da lei que disciplina as cotas raciais, Lei nº 12.990/2014, nos certames das instituições em tela).

Ainda em relação aos atos de pessoal, diversos processos de aposentadoria que estavam em análise no âmbito da DPDF foram encaminhados para o e. TCDF nos exercícios de 2018 e de 2019.

No contexto, o e. TCDF está realizando auditoria com o foco em gestão de pessoas, conforme o Processo TCDF nº 7217/2019-e (SEFIPE. PGA/2019. Auditoria de Regularidade. Defensoria Pública do DF), tendo sido prolatada a Decisão TCDF nº 2578/2019, que se refere aos achados que constam do Relatório de Auditoria nº 3/2019 (prévio), acerca do quais a DPDF apresentará os esclarecimentos à e. Corte Distrital de Contas.



6) GESTÃO OPERACIONAL

6.1) Desempenho Organizacional

O Relatório Anual de Atividades de 2018 traz as seguintes informações em destaque relativamente ao desempenho da DPDF, *in verbis*:

[...]

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Escopo de Atendimento Social:

Atuação em 80% das unidades jurisdicionais, incluindo Núcleos Locais em todas as Regiões Administrativas que contam com Fórum Judicial (Águas Claras, Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga). Atuação nos variados ramos do Direito incluindo Núcleos Especializados em causas da Infância e Juventude, da Saúde, do Consumidor, da Mulher, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, das Vítimas de Preconceito Racial, Religioso e LGBTfobia, das Pessoas em Situação de Rua e das Pessoas em Situação de Cárcere. Promoção da difusão e da conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, por meio de cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão, em especial por meio da Escola de Assistência Jurídica – EASJUR. Principais projetos EASJUR:

- Projeto Direito para a Liberdade

Lançado em maio de 2018, tem como objetivo promover a cidadania, a justiça e o respeito por meio da educação em direitos a adolescentes e jovens vinculados a medidas socioeducativas de internação, além de apresentar o papel do Estado e das instituições que têm o dever de protegê-los.

- Frente pela Educação em Direitos

Lançada em junho de 2018, representa a união de entidades, instituições e órgãos que atuam de forma integrada para planejar e realizar atividades voltadas para incorporar na sociedade brasileira a educação em direitos como valor prioritário e, portanto, como um caminho de transformação frente aos desafios atuais, estabelecendo-se uma nova perspectiva no sistema de Justiça brasileiro, a partir da cultura da informação, da fraternidade, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

- Projeto Conhecer Direito

Promovido desde 2010, a iniciativa social gratuita é voltada para a socialização de conhecimento jurídico básico para alunos do 3º ano do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do DF. Mais de 600 alunos já foram beneficiados pelo curso, que acontece semestralmente. O curso está em sua 14ª turma, sendo ministrado por defensores e servidores da Defensoria Pública. O projeto se apresenta ainda em um formato que leva diretamente para a escola, através de palestras, o conhecimento sobre temas fundamentais de cidadania voltados à realidade social dos estudantes.

- Programa Comunicação Restaurativa



Lançado em junho de 2018, na Escola Classe nº 12, na Ceilândia, com o objetivo de oferecer a pais, alunos, professores, orientadores e funcionários da comunidade escolar uma capacitação básica em Comunicação Não-Violenta. O objetivo central do projeto é que cada escola utilize essa comunicação como instrumento para fortalecer projetos pedagógicos já existentes ou criar novas propostas de utilização, favorecendo a diminuição de conflitos gerados no ambiente escolar. A iniciativa pretende diminuir conflitos não só no ambiente escolar, mas também em casa, por isso a importância da participação de pais e alunos.

- Programa Cidadania Bilíngue

Realizado em parceria com a Associação dos Defensores Públicos (Adep/DF), a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (Apada/DF) e o Centro de Apoio ao Surdo (CAS/DF). Trata-se de uma capacitação jurídica aos intérpretes de libras do DF como instrumento de cidadania multiplicativa.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício. Dificuldades:

- Carência de Pessoal no Quadro da DPDF, uma vez que a Defensoria foi criada em 2012, e na condição de órgão recém-criado, promoveu aproveitamento de pessoal oriundo de outros órgãos administrativos do GDF, e realizou apenas um concurso para o cargo de Defensor (atividade fim) e um concurso para o provimento de cargo de Analista Judiciário;
- Falta de edificação própria para Sede Administrativa da DPDF e para os diversos Núcleos de Atendimento Jurídicos
- NAJ (alguns desses núcleos funcionam em espaços cedidos provisoriamente pelo TJDF e pela Câmara Legislativa do DF);
- Aumento de despesa com aluguéis devido à perda de espaços cedidos pelo TJDF para instalação de NAJs em decorrência da necessidade de ampliação das atividades do próprio Tribunal;
- Necessidade de Modernização e Integração dos Sistemas de Informação. Perspectivas: - Construir prédios para sedes próprias da DPDF;
- Aprimorar os Sistemas Tecnológicos e de Informação;
- Criar política de comunicação institucional para divulgar as ações exitosas da instituição; - Realizar a análise e melhoria de processos organizacionais;
- Aprimorar as ações para a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, por meio de cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão;
- Aprimorar a recepção, o acolhimento e a orientação jurídica da pessoa em situação de vulnerabilidade, de forma articulada com os serviços públicos distritais de educação, saúde, assistência social e segurança pública, de modo a assegurar atendimento integral e interdisciplinar, e, quando necessário, promover a defesa extrajudicial e judicial de seus interesses, por meio dos instrumentos adequados;
- Aprimorar os serviços de Conciliação e Mediação, para aumentar a resolutividade extrajudicial de conflitos;
- Implantar *Call Center* da DPDF e criar sistema de comunicação para as partes das decisões; - Aprimorar a articulação de seus serviços com as ações e políticas desenvolvidas pelas Secretarias de Estado do DF em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Aprimorar a promoção da defesa dos interesses individuais e coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais da criança e do adolescente em situação de risco, do idoso em situação de risco, da pessoa com deficiência física, mental e sensorial, da mulher vítima de violência doméstica e familiar



e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, tais como os consumidores, os contribuintes, os usuários de serviços públicos, as pessoas vítimas de preconceito de gênero, identidade de gênero, de raça, de etnia, de religião, os migrantes, as pessoas em situação de cárcere e as vítimas da pobreza e da miséria, sobretudo quando em situação de rua;

- Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, a fim de identificar suas demandas e estabelecer parcerias, subsidiando novas ações estratégicas;

- Ampliar a atuação nos estabelecimentos policiais, penitenciários, de internação de adolescentes, com fiscalização e atuação para assegurar o respeito aos direitos e às garantias fundamentais; visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

- Ampliar a atuação na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas.

[...]

Com relação os indicadores de desempenho organizacional, foram atingidos os seguintes resultados:

Figura 1 – Desempenho dos indicadores (2018)

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1559 - ATENDIMENTOS REALIZADOS	440.000	UNIDADE	500.000	479525	600.000	334.100	700.000	800.000	DPDF / UO 48101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo, atendimento idoso, atendimento psicólogo, atendimento servidor, atendimento social, atendimento vítima doméstica e visitas; também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça onde, a Defensoria prestava serviço em torno de 60% da capacidade das Varas, e com as medidas implantadas no ano 2016, a capacidade aumentou para 94%. 2017 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo; atendimento ao idoso; atendimento psicológico; atendimento ao servidor; atendimento social; atendimento a vítima doméstica e visitas. Também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria prestava serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado, mesmo assim, alcançou índice de 55,5%.									
1557 - NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	1.123	UNIDADE	2.000	1.465	2.200	1.610	2.400	2.600	DPDF / UO 48101 / OE 6
Justificativa: 2016 - No exercício de 2016 houve aumento no número de atuação extrajudicial em razão da capacitação de Mediadores pela Escola da Defensoria Pública, bem como das inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil - CPC, refletindo assim na celeridade do processo. 2017 - Atuação extrajudicial para resolução dos conflitos depende da atuação de mediadores e conciliadores, bem como da vontade das partes. Considerando o índice estabelecido, como desejado, foi alcançado 73,5%.									
1556 - ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS	0	%	10	0,02	11	1,21	12	13	DPDF / UO 48101 / OE 6
Justificativa: 2016 - O índice estabelecido, como desejado, foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria, que além dos ajuizamentos de petições, também, prestamos atendimentos de orientação jurídica, bem como outros processos onde o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc). 2017 - O índice estabelecido como desejado foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria que, além dos ajuizamentos de petições, também presta atendimento de orientação jurídica, em que cabe à vontade das partes realizar ou não os acordos, bem como os processos em que o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc)									



Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1558 - ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO	0	%	18	12	17	7,42	16	15	DPDF / UO 48101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 18% sobre o total de atendimento, no entanto, a meta ficou abaixo do previsto, em 12%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2016.</p> <p>2017 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame; iniciais medicamentos; iniciais propostas; iniciais tratamentos; iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 17% sobre o total de atendimento; no entanto, a meta ficou melhor do que o previsto, em 7,5%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2017.</p>									

6.2) Programa de Modernização da DPDF

O DPDF/DCI indicou no item 6.2 do Relatório de Auditoria nº 1/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2015), item 6.2 do Relatório de Auditoria nº 3/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2016) e o item 6.2 do Relatório de Auditoria nº 5/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2017) a necessidade do aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento estratégico organizacionais.

Nesse sentido, a Unidade definiu as seguintes diretrizes estratégicas organizacionais, conforme a Carta de Serviços aos Usuários – 2019, disponível em <http://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Carta-de-Servi%C3%A7os_v2.06.pdf>, *in verbis*:

[...] MISSÃO

Prestar assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social.

VISÃO

Tornar-se uma instituição de referência na promoção do acesso à justiça para as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social e jurídica.

VALORES

Cortesia.

Acreditamos nas pessoas, valorizamos a empatia aos sentimentos e às histórias daqueles com os quais interagimos e sabemos que todos merecem ser tratados de forma cordial, educada e afetuosa.

Profissionalismo.

Fazemos questão de atuar de maneira ética e responsável e de buscar as melhores soluções, práticas e métodos.

Comprometimento.



Temos o compromisso de atuar de maneira colaborativa e o comprometimento de empenhar nossos melhores recursos para atender, de modo eficaz, as necessidades dos usuários dos nossos serviços.

Fraternidade.

Acreditamos em uma sociedade livre, justa e solidária e reconhecemos a nossa responsabilidade social de promovê-la, com nossos melhores esforços.

[...]

A definição dos componentes programáticos da estratégia é relevante no sentido do estabelecimento do norte organizacional, todavia é indispensável a construção dos objetivos e metas tecnicamente bem definidas, nesse sentido está em curso o Programa de Modernização da DPDF, que tem a seguinte finalidade precípua, *in verbis*:

[...]

O objetivo do Programa abrange ferramentas de aprendizagem de profissionalização da gestão com vistas a modernizá-la por meio de um modelo integrado em suas diversas unidades com base em diretrizes, objetivos, indicadores e metas definidas no Planejamento Estratégico rumo a 2024. Tais ações tornarão a DPDF mais ágil e eficiente, tendo como base o aperfeiçoamento de prestação de serviços à sociedade. Esse novo modelo de gestão está sendo construído coletivamente com aplicação de conceitos de governança e gestão estratégica da administração moderna.

[...]

O citado programa contemplará as seguintes etapas:

1. Diagnóstico da situação atual e Mapeamento de Processos.
2. Quantificação da força de trabalho.
3. Elaboração do Planejamento estratégico.
4. Elaboração da Proposta do novo modelo de gestão.
5. Implantação do novo modelo de gestão.

O sucesso do Programa de Modernização da DPDF pode contribuir de modo relevante para o desenvolvimento institucional, conseqüentemente para o incremento qualitativo e quantitativo de prestação de serviços para os cidadãos, razão pela qual o DPDF/DCI realizará o monitoramento contínuo dessa iniciativa.

6.3) Novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

Relativamente ao gerenciamento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, o item 2.4 do Relatório de Auditoria nº 1/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2015), item 2.4 do Relatório de Auditoria nº 3/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2016) e o item 2.4 do Relatório de Auditoria nº 5/2019 – DPDF/DCI (contas anuais de 2017) indicaram que o Plano Diretor de Tecnologia



da Informação – PDTI então existente era aquém das demandas tecnológicas da Unidade.

Em linha com o Programa de Modernização, se encontra na fase de conclusão o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC (2019-2021) da DPDF, cuja instrução se encontra no âmbito do Processo-SEI nº 00401-00006940/2019-17.

6.4) Transparência Ativa

Até o mês de abril e 2018 a DPDF não dispunha de um conjunto de dados financeiros, orçamentários, patrimonial, operacional e de controle interno, disponíveis para os cidadãos independentemente de solicitação, o que é denominado “Transparência Ativa”.

A Unidade desenvolveu, ainda no exercício de 2018, na página institucional da rede mundial de computadores o Portal da Transparência da DPDF, disponível em: <<http://transparencia.defensoria.df.gov.br/>>.

A iniciativa foi exitosa, de tal forma que a DPDF recebeu a distinção de 1º lugar no Ranking de Transparência Ativa do Distrito Federal:

Figura 2 – Cerimônia de Recebimento de Prêmio



06 de dezembro de 2018 – Na tarde desta quarta-feira (05), a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) recebeu a Premiação Índice de Transparência Ativa no Palácio do Buriti. No ano passado, a instituição cumpria apenas 10% dos índices de transparência. Em apenas sete meses, a DPDF conquistou o 1º lugar no ranking, com 100% de pontuação.

Fonte: <<http://www.defensoria.df.gov.br/dpdf-alcanca-1o-lugar-no-ranking-de-transparencia-ativa-do-df/>>.



As ações de aperfeiçoamento de sistemas de informação e de incremento na transparência ativa estão previstas no novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da DPDF, conforme o Processo-SEI nº 00401-00006940/2019-17.

6.5) DADOS ABERTOS

Outra iniciativa relevante de transparência ativa é a disponibilização de dados abertos, ou que seja, “dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, à exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença”¹.

Nesse sentido, a DPDF indica no Processo-SEI nº 00401-00011213/2019-71 que as seguintes providências estão em curso:

Despacho SEI-GDF DPDF/DCI, de 29 de 2019 de 2019.

...

No contexto das medidas de aperfeiçoamento organizacional relacionadas com os Relatórios de Auditoria nºs 1/2019 - DPDF/DCI (Contas Anuais de 2015), 3/2019 - DPDF/DCI (Contas Anuais de 2016) e /2019 - DPDF/DCI (Contas Anuais de 2017), a DPDF está impulsionando um processo de planejamento estratégico organizacional que é acompanhado da revisão/modernização da arquitetura e processos organizacional, incluídos os sistemas de informação.

Nesse sentido, o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI contempla a internalização de soluções tecnológicas com vistas à gestão integrada das atividades finalísticas, agendamento *on-line* e gestão do atendimento presencial aos cidadãos, entre outros. Tais sistemas possibilitarão em médio prazo (2 a 3 anos) o fornecimento de significativos aportes ao portal de dados abertos do Distrito Federal.

[...]

As medidas acima indicadas serão acompanhadas pela Alta Gestão da Unidade em conjunto com o Departamento de Controle Interno – DPDF/DCI.

6.6) Transparência Passiva

A DPDF dispõe de Serviço de Informação ao Cidadão – SIC para o atendimento das demandas por acesso às informações dirigidas pelos cidadãos, à luz da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Distrital nº 4.990/2012), o que é compreendida pelo termo “Transparência Passiva”.

¹ OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. *Open data handbook*. [online]. Cambridge: [2014].



Além da possibilidade de atendimento presencial, há o atendimento por correio eletrônico e, prioritariamente as respostas às solicitações encaminhadas por intermédio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, disponível em: <<https://www.e-sic.df.gov.br/Sistema/>>.

No ano de 2018 foram encaminhadas 92 demandas via e-SIC, todas respondidas aos cidadãos em obediência aos prazos estabelecidos na Lei Distrital nº 4.990/2012, o que é um indicador operacional de gestão muito significativo.

6.7) Ouvidoria

A Ouvidoria da DPDF atua de forma externa, em linha com o art. 33 da Lei Complementar Distrital nº 828/2010, *in verbis*:

[...]

Art. 33. A Ouvidoria será dirigida por um Ouvidor, nomeado dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos que não integrem a Carreira de Assistência Judiciária do Distrito Federal, indicados em lista tríplice pelo Conselho Superior, e para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. A Ouvidoria será organizada pelo Regimento Interno do Ceajur, que lhe fixará as atribuições e preverá as hipóteses de extinção prematura do mandato do Ouvidor.

[...]

Além dos bons indicadores operacionais apurados no exercício de 2018, a Ouvidoria da DPDF elaborou dois trabalhos modelares, a saber:

1) Carta de Serviços aos Usuários.

- Disponível em: <<http://www.defensoria.df.gov.br/carta-de-servico/>>.
- Aspectos Positivos: descrição completa dos serviços prestados pela Defensoria Pública em linguagem cidadã (linguagem, e editoração gráfica).

2) Orientações para o Atendimento Humanizado.

- Disponível em: <<http://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/ORIENTA%C3%87%C3%95ES-PARA-O-ATENDIMENTO-1.pdf>>.
- Aspectos Positivos: o estabelecimento de orientações claras para o atendimento dos cidadãos, considerando-se as peculiaridades atinentes as principais tipologias de vulnerabilidade, por exemplo: cuidados especiais no atendimento a pessoas em situação de rua; cuidados especiais



no atendimento às pessoas LGBT; cuidados especiais no atendimento às pessoas idosas, entre outros, o que propicia qualidade e uniformidade na prestação dos serviços.

7) ATUAÇÃO DE ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO

7.1) DECISÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

O e. TCDF, no cumprimento da missão institucional de Órgão de Controle Externo no âmbito do Distrito Federal, exarou um conjunto de diversas decisões com vistas à DPDF que são sintetizadas a seguir:

Quadro 13 – Decisões do e. TCDF (2018)

NR	DECISÃO	PROCESSO	EMENTA
1	42/2018	40419/2017	Representação formulada pelo Secretário-Geral de Administração do TCDF, acerca de suposta divergência entre entendimento constante de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal e aquele registrado no vigente Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, especialmente no tocante às deduções relativas ao abono pecuniário e ao abono de permanência, carecendo de avaliação para fins alinhamento, ou não, entre as deliberações do Tribunal e o referido Relatório de Gestão Fiscal – RGFs dos poderes e órgãos do Distrito Federal, consoante disposto nos arts. 19 e 20 LRF, além da Defensoria Pública do Distrito Federal, órgão agraciado com autonomia administrativa e financeira após a edição da Lei Fiscal.
2	427/2018	2200/2016	Auditoria de Regularidade realizada na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS/DF, com o objetivo verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, exarada no Processo nº 24.185/07, o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas ilegais e legais com correção posterior, além da verificação do pagamento das parcelas remuneratórias que integram os proventos de inativos.
3	483/2018	15449/2017	Pedido de prorrogação de prazo formulada pela Defensoria Pública do Distrito Federal para o envio das tomadas de contas anuais, relativas aos Processos nºs 401.000.073/2017 (Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF) e 401.000.072/2017 (Defensoria Pública do Distrito Federal – DPD)
4	738/2018	1084/2014	Auditoria de regularidade realizada em 2014 na área de pessoal da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) e da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), compreendendo os períodos de dezembro/2009 a dezembro/2013 (PGDF) e de maio/2009 a dezembro/2013 (DPDF)



NR	DECISÃO	PROCESSO	EMENTA
5	741/2018	27671/2016	Contrato celebrado entre a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF e a empresa Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial Ltda., por dispensa de licitação com fundamento no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, cujo objeto é a locação do imóvel localizado no SIA/SUL, Trecho 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF. Na fase de discussão da matéria, o Dr. DANNE PISCO, OAB/DF nº 22.818, representante legal da empresa Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial, consignou o seu interesse, quando do julgamento dos autos, de proceder à sustentação oral das razões da defesa apresentada por seu constituinte.
6	847/2018	36649/2010	Representação formulada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal – SINDICAL, acerca de possível descumprimento pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF - de normas contábeis e de outras constantes da LRF, no que se refere a despesas com pessoal requisitado.
7	867/2018	5472/2018	Recurso (pedido de reexame) interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, em 15.02.18, contra o item VI.c da Decisão nº 6.044/17, adotada no Processo nº 11.814/14, sobre auditoria de regularidade levada a efeito na PGDF e na Defensoria Pública do Distrito Federal, em atendimento ao Plano Geral de Ação de 2014.
8	882/2018	36713/2017	Admissões efetuadas por diversos órgãos para os cargos de Técnico e de Analista de Administração Pública, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 1/2004, publicado no DODF de 17.09.04.
9	995/2018	8700/2006	Auditoria de regularidade realizada na então Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal, para verificar pagamentos na área de pessoal ativo e a execução de contratos de terceirização de vigilância e limpeza no âmbito daquela jurisdicionada.
10	1174/2018	27790/2017	Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Defensoria Pública do Distrito Federal, para envio de manifestações acerca do Relatório Prévio de Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, em cumprimento do PGA 2017.
11	1255/2018	31658/2015	Estudo realizado em atenção ao item II da Decisão nº 3.990/14, prolatada no Processo nº 36.649/10, relacionada ao ressarcimento de despesas com pessoal requisitado/cedido da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a outros órgãos/entidades da Administração Pública e custeado pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.
12	1316/2018	37094/2017	Pregão Eletrônico por SRP nº 10/2017, conduzido pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, cujo objeto é a contratação de empresa, por meio de Sistema de Registro de Preços, para fornecimento de mobiliário para atender às necessidades da daquela Jurisdicionada e demais órgãos participantes.
13	1337/2018	25512/2016	Representação n.º 07/2016-ML, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre possível inobservância do art. 168 da Constituição Federal, do art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF e do art. 80, “caput”, da Lei distrital n.º 5.514/2015, no tocante à ocorrência de repasses intempestivos dos duodécimos devidos à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF.
14	1483/2018	16089/2017	Representação oferecida por cidadão, servidor público distrital, noticiando a existência de supostas irregularidades na sistemática de pagamento da jornada de trabalho de 40h semanais para os defensores públicos ocupantes de funções comissionadas.



NR	DECISÃO	PROCESSO	EMENTA
15	1619/2018	11784/2014	Auditoria realizada na Procuradoria-Geral do Distrito Federal e na Defensoria Pública do Distrito Federal (PGDF e DPDF), tendo por objeto averiguar a gestão de pessoal no que se refere à regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas (aplicação do teto remuneratório, regularidade do pagamento de VPNIs, da Parcela Complementar previstas na Lei nº 4.426/09, Adicional de Substituição, Realinhamento remuneratório com o TCDF e Parcela 11,98%).
16	1766/2018	3550/2018	Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, relativo ao 3º quadrimestre de 2017.
17	1934/2018	27671/2016	Contrato celebrado entre a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF e a empresa Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial Ltda., por dispensa de licitação com fundamento no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, cujo objeto é a locação do imóvel localizado no SIA/SUL, Trecho 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF. Sustentação oral de defesa realizada, nesta assentada, pelo Dr. DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO, OAB/DF nº 22.812, procurador da empresa MULTI SEGURANÇA ELETRONICA E PATRIMONIAL LTDA.
18	2083/2018	27671/2016	Contrato celebrado entre a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF e a empresa Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial Ltda., cujo objeto é a locação do imóvel localizado no SIA/SUL, Trecho 17, Rua 07, Lote 45, Brasília/DF, utilizado para a instalação da sede administrativa da jurisdicionada.
19	2328/2018	3550/2018	Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, relativo ao 3º quadrimestre de 2017.
20	2367/2018	16089/2017	Representação formulada por cidadão, servidor público distrital, que noticia a existência de supostas irregularidades no pagamento da jornada de trabalho dos Defensores Públicos do Distrito Federal ocupantes de cargos comissionados.
21	2419/2018	9192/2018	Atos de aposentadoria de servidores do então Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal (atual Defensoria Pública do Distrito Federal), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.
22	2542/2018	37094/2017	Pregão Eletrônico por SRP nº 10/2017, conduzido pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, cujo objeto é a contratação de empresa, por meio de Sistema de Registro de Preços, para fornecimento de mobiliário para atender às necessidades da daquela Jurisdicionada e demais órgãos participantes.
23	2741/2018	12410/2016	Pedidos de prorrogação de prazo formulados pela Defensoria Pública do Distrito Federal, pela Controladoria-Geral do Distrito Federal e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, para conclusão e encaminhamento ao TCDF de diversas tomadas e prestações de contas anuais.
24	2862/2018	33325/2013	Tomada de contas especial instaurada para apurar prejuízo apontado no âmbito do Contrato n.º 02/2011, decorrente de adesão à Ata de Registro de Preços n.º 03/2010, oriunda do Pregão Eletrônico 09/2009, da Defensoria Pública do Pará, em que a Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII contratou a empresa Swot Serviços de Festas e Eventos LTDA – SWOT.



NR	DECISÃO	PROCESSO	EMENTA
25	3056/2018	40346/2017	Representação do Ministério Público junto a esta Corte, acerca de possível irregularidade no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal, referente ao deferimento de função gratificada e substituição automática de servidor daquela Defensoria.
26	3080/2018	1084/2014	Auditoria de regularidade realizada em 2014 na área de pessoal da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), compreendendo os períodos de dezembro/2009 a dezembro/2013 (PGDF) e de maio/2009 a dezembro/2013 (DPDF).
27	3438/2018	28028/2017	Representação formulada pela Sra. ISABELLA MARIA BARROS CABRAL DE MELLO, nos termos da qual se insurge contra suposta irregularidade no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, envolvendo o concurso público para provimento de vagas e cadastro reserva para o cargo de Analista de Assistência Judiciária.
28	3499/2018	11814/2014	Auditoria de regularidade realizada na área de pessoal da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e na Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), compreendendo os períodos de dezembro/2009 a dezembro/2013 (PGDF) e de maio/2009 a dezembro/2013 (DPDF).
29	3636/2018	3550/2018	Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, relativo ao 3º quadrimestre de 2017.
30	3666/2018	30058/2015	Prestação de contas anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - PROJUR, referente ao exercício financeiro de 2014.
31	3896/2018	27790/2017	Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, em cumprimento do PGA 2017.
32	3957/2018	11814/2014	Auditoria de regularidade realizada na área de pessoal da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), compreendendo os períodos de dezembro/2009 a dezembro/2013 (PGDF) e de maio/2009 a dezembro/2013 (DPDF).
33	3961/2018	2200/2016	Auditoria de Regularidade realizada na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS/DF, com o objetivo verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, exarada no Processo nº 24.185/07, o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas ilegais e legais com correção posterior, além da verificação do pagamento das parcelas remuneratórias que integram os proventos de inativos.
34	4045/2018	27671/2016	Contrato celebrado entre a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF e a empresa Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial Ltda., cujo objeto é a locação do imóvel localizado no SIA/SUL, Trecho 17, Rua 07, Lote 45, Brasília/DF, utilizado para a instalação da sede administrativa da jurisdicionada.
35	4202/2018	25512/2016	Representação n.º 07/2016-ML, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre possível inobservância do art. 168 da Constituição Federal, do art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, e do art. 80, “caput”, da Lei Distrital n.º 5.514/2015, no tocante à ocorrência de repasses intempestivos dos duodécimos devidos à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF.



NR	DECISÃO	PROCESSO	EMENTA
36	4483/2018	40419/2017	Representação formulada pelo Secretário-Geral de Administração do TCDF, acerca de suposta divergência entre entendimento constante de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal e aquele registrado no vigente Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
37	4936/2018	37124/2017	Estudos especiais elaborados pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF, em atendimento ao item II da Decisão n.º 775/18, acerca da aplicabilidade da Lei federal n.º 12.990/2014 – Lei de Cotas.
38	4982/2018	3550/2018	Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, relativo ao 3º quadrimestre de 2017.
39	5183/2018	35670/2013	Representação n.º 22/2013-DA, do Ministério Público junto à Corte, acerca de possível pagamento irregular da Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, aos servidores ocupantes de cargos comissionados, sem vínculo efetivo com a Administração, com fulcro da Lei n.º 5.190/2013.
40	5221/2018	14820/2018	Ofício n.º 516/2018 - DPDF/SUAG, mediante o qual a Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF solicita prorrogação de prazo para envio das tomadas de contas anuais da DPDF e do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF, referentes aos exercícios de 2016 e 2017.
41	5256/2018	16089/2017	Representação formulada por cidadão, servidor público distrital, que noticia a existência de supostas irregularidades no pagamento da jornada de trabalho dos Defensores Públicos do Distrito Federal ocupantes de cargos comissionados.
42	5380/2018	11784/2014	Análise do cumprimento da Decisão n.º 1.619/18 pelas Procuradoria-Geral do Distrito Federal e Defensoria Pública do Distrito Federal.
43	5626/2018	21214/2018	Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Distrito Federal referente ao primeiro semestre de 2018, com a finalidade de subsidiar a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do mesmo exercício.
44	5786/2018	17977/2018	Relatório de Gestão Fiscal - RGF da Defensoria Pública do Distrito Federal, relativo ao 1º quadrimestre de 2018.
45	5789/2018	32607/2018	Relatório de Gestão Fiscal – RGF da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, relativo ao 2º quadrimestre de 2018.
46	5829/2018	11784/2014	Análise do cumprimento da Decisão n.º 1.619/18, pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal e Defensoria Pública do Distrito Federal.
47	5870/2018	5407/1995	Recurso de Revisão interposto pela Sra. Izoldina Rodrigues da Silva em face da Decisão n.º 2.154/2010.
48	5881/2018	14223/2013	Denúncia acerca do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Defensor Público de Segunda Categoria, da Defensoria Pública do Distrito Federal, regulado pelo Edital n.º 1/13 da Defensoria Pública do Distrito Federal.

O DPDF/DCI efetuará monitoramento, cumprimento e os eventuais esclarecimentos dos objetos atinentes às Decisões da e. Corte de Contas, bem como as recomendações que constam do relato em tela.



8) AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO

A avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia das gestões Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial da DPDF relativa ao exercício de 2018, em obediência ao que estabelece a Lei Complementar nº 1/1994, a Resolução TCDF nº 296/2016, Regimento Interno do e. Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF e a Instrução Normativa TCDF nº 2/2016, está consubstanciada Relatório de Eficiência e Eficácia nº 7/2019 – DPDF/DCI, em anexo.

IV – CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados e considerando-se as demais informações relacionadas à prestação de contas do exercício de 2018, conclui-se pelas seguintes constatações de auditoria:

Quadro 14 – Consolidação das Constatações de Auditoria do Exercício de 2018

GESTÃO	SUBITEM	CLASSIFICAÇÃO
Orçamentária	1.1	Informação
Financeira	2.1, 2.2 e 2.5	Informação
Financeira	2.3	Falha Formal
Financeira	2.4	Falha Grave
Contábil	3.1	Informação
Patrimonial	4.1 e 4.2	Informação
Pessoal	5.1 e 5.2	Informação
Operacional	6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7	Informação

Observação: o termo Informação se refere às constatações que não estão relacionadas com a ocorrência de falhas (formal, média ou grave) nas gestões auditadas.

Diante do exposto, pugno pelo encaminhamento do presente relatório ao e. TCDF, com a posterior publicação no Portal da Transparência da DPDF com vistas à promoção da transparência ativa da informação.

Brasília, 16 de agosto de 2019.

Lúcio Carlos de Pinho Filho
Auditor de Controle Interno
Matrícula nº 242.351-0
Diretor do Departamento de Controle Interno

Anexos:

Nota Técnica SEI-GDF nº 2/2019 - DPDF/DCI.
Nota Técnica SEI-GDF nº 6/2019 - DPDF/DCI.
Nota Técnica SEI-GDF nº 6/2019 - DPDF/DCI.
Relatório de Auditoria nº 1/2018 – DPDF/DCI.
Relatório de Auditoria Gerencial nº 1/2019 – DPDF/DCI.
Relatório Contábil Anual nº 1/2019 – DPDF/DCI.